

# Produção e Validação de um Vídeo Sobre o Inventário Portage Operacionalizado<sup>1</sup>

*(Production and Validation of a Video About the Inventário Portage Operacionalizado)*

Jackeline Joyce de Santana Santos<sup>\*,2</sup> e Daniela Mendonça Ribeiro<sup>\*,\*\*</sup>

<sup>\*</sup>Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

<sup>\*\*</sup>Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT- ECCE)  
(Brasil)

## Resumo

A videomodelação é um procedimento que envolve a visualização e a imitação de um comportamento exibido em vídeo. Embora ela seja amplamente utilizada na Análise do Comportamento Aplicada, são escassos os estudos que submeteram o conteúdo de seus vídeos a algum tipo de validação. A validação tem como objetivo verificar o grau em que o conteúdo de um instrumento cumpre adequadamente os propósitos para os quais foi desenvolvido. O objetivo deste estudo foi produzir e validar um vídeo instrucional para ensinar a aplicação do Inventário Portage Operacionalizado (IPO). A produção do vídeo foi conduzida em três fases: pré-produção, gravação e edição, e se baseou nos passos identificados como sendo necessários para uma aplicação correta do IPO, os quais foram identificados por uma análise de tarefas. A validação foi realizada por seis avaliadores, os quais afirmaram que o vídeo apresenta os passos necessários para a aplicação do IPO e sugeriram alterações a fim de aprimorar a sua qualidade. Estudos futuros devem utilizar o vídeo para ensinar a aplicação do IPO para pessoas interessadas em avaliar o desenvolvimento infantil.

**Palavras-chave:** análise do comportamento aplicada, Inventário Portage Operacionalizado, validação de conteúdo

---

1 Jackeline Joyce de Santana Santos  <https://orcid.org/0000-0002-4382-1066>  
Daniela Mendonça Ribeiro  <https://orcid.org/0000-0003-4146-5122>

2 Endereço para correspondência: Jackeline Joyce de Santana Santos. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Rua Enfermeiro Mariano, número 237, Jacintinho, Maceió, Alagoas, CEP: 57.041-430. jackeline.santos@cedu.ufal.br

### Abstract

Video modeling is a procedure that involves viewing and imitating a behavior exhibited through video. Although video modeling has been widely used in the Applied Behavior Analysis literature, validation of videos is rarely described by studies that used this procedure. Validation verifies the degree to which the content of an instrument adequately fulfills the purposes for which it was developed. The purpose of the present study was to produce and validate an instructional video to teach the implementation of the *Inventário Portage Operacionalizado* (IPO). Initially, a task analysis was carried out to identify the necessary steps for the correct implementation of the IPO. Then, the video production was conducted in three phases: pre-production, recording, and editing, based on the 19 steps identified as necessary for a correct and complete application of the IPO in the task analysis. Finally, six professionals with different areas of expertise viewed the video and answered a questionnaire evaluating its content. They were asked whether the video depicted each step necessary to implement the IPO and whether it fulfilled the purpose of teaching its implementation. They indicated that the video had all the steps required to implement the instrument. They also suggested modifications to improve the comprehensibility of the information presented in the video. Considering that the professionals' report is not enough to prove the video's effectiveness, future studies should evaluate its effects by using it to teach people interested in child development to implement the IPO.

**Keywords:** applied behavior analysis, content validation, Inventário Portage Operacionalizado, video modeling

A videomodelação é um procedimento que envolve a exibição de um vídeo, no qual uma pessoa está emitindo um determinado comportamento, seguida pela imitação deste comportamento pela pessoa que está assistindo ao vídeo (Bellini & Akullian, 2007). Ela tem sido reconhecida como uma prática baseada em evidências, em virtude de sua efetividade para ensinar habilidades sociais, de comunicação e acadêmicas, bem como habilidades de vida diária para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (p. ex., Bagaiolo et al., 2017; Perez et al., 2022; Steinbrenner et al., 2020). Além disso, tem sido utilizada para ensinar pais, cuidadores e profissionais que atuam com crianças com TEA a implementarem métodos de avaliação e de ensino baseados na Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Exemplos desses métodos incluem avaliações de preferência (p. ex., Barboza et al., 2015; Deliperi et al., 2015; Lipschultz et al., 2015) e o ensino por tentativa discreta (p. ex., Barboza et al., 2019; Lerman et al., 2016; Silva et al., 2019). Adicionalmente, a videomodelação tem sido empregada para ensinar pais e profissionais a utilizarem estratégias para lidar com comportamentos interferentes (p. ex., Almulhim, 2023; Spiegel et al., 2016).

Uma das principais vantagens da videomodelação refere-se ao fato de ela possibilitar a redução dos custos associados ao treinamento, já que a autossuficiência dos vídeos diminui a necessidade de profissionais qualificados para a sua utilização (Bordini et al., 2020; Bross et al., 2021). Esta vantagem, por sua vez, é especialmente

relevante para países em que há escassez de profissionais da Análise do Comportamento e pode desempenhar um papel importante na disseminação da intervenção baseada na ABA para um número maior de pessoas (Barboza et al., 2015).

Apesar da utilização da videomodelação ser amplamente relatada na literatura da ABA e de ela apresentar vantagens relevantes, são escassos os estudos que relataram a validação dos vídeos utilizados. Em áreas como a Ciências da Saúde e o Ensino, recursos como instrumentos de medida e materiais educacionais, como vídeos, folders, cartazes, cartilhas e manuais são submetidos a um processo de validação antes de serem utilizados (Souza et al., 2020). A validação é considerada um processo sistemático cujo propósito é verificar a presença do atributo de validade (Souza et al., 2020). Esse atributo é considerado hipotético porque sugere que o recurso estará apto a realizar a tarefa para a qual foi projetado, mesmo antes de ser utilizado para este fim (Souza et al., 2020). Há diversos tipos de validação de recursos, como, por exemplo, validação de constructo, de conteúdo, de aparência, de critério, preditiva, concorrente, dentre outras (Boateng et al., 2018; Souza et al., 2020).

Neste contexto, a validação de conteúdo refere-se à avaliação do grau em que o conteúdo de um recurso reflete e cumpre adequadamente os propósitos para os quais foi desenvolvido, demonstrando ser representativo e relevante para o tema do recurso (Duarte et al., 2024; Filho et al., 2020). Mais especificamente, a validação de conteúdo tem como objetivo verificar o grau com que cada elemento de um recurso é relevante e representativo do objetivo deste recurso (Alexandre & Coluci, 2011). A validação de conteúdo deve seguir algumas etapas, tais como a criação do recurso educacional, a análise e o julgamento deste recurso por avaliadores e a sua adequação em função do *feedback* dos especialistas (Rubio et al., 2003). A análise do conteúdo do recurso se baseia no julgamento de um comitê de especialistas experientes na área, responsáveis por avaliar se o conteúdo está correto e adequado aos seus objetivos (p. ex., Duarte et al., 2024). Recomenda-se, também, que o comitê de avaliadores seja composto de pessoas leigas em relação ao tema do recurso. Não há consenso na literatura em relação à qualificação e ao número de especialistas e de leigos que devem estar envolvidos no processo de validação (Alexandre & Coluci, 2011; Rubio et al., 2003). Porém, há recomendações que a composição do comitê de avaliadores deve ser de, no mínimo, seis e, no máximo, 20 avaliadores, incluindo especialistas e leigos (Rubio et al., 2003).

A validação de recursos educacionais apresenta implicações relevantes, tais como aumenta a confiabilidade do recurso, uma vez que ele deve ser analisado por avaliadores com conhecimento e experiência sobre o tema do recurso, os quais contribuirão com sugestões tecnicamente precisas e atualizadas (Simões et al., 2023). Além disso, a participação de pessoas leigas no comitê de avaliadores permite que se verifique se os termos utilizados no recurso são compreensíveis para pessoas que não têm conhecimento técnico sobre o tema (Rubio et al., 2023). Garantir que o recurso apresente as informações de forma tecnicamente corretas e atualizadas e acessível para o público-alvo também representa um cuidado ético com as pessoas que terão acesso a ele. Entretanto, a despeito de tais benefícios, faz-se necessário ressaltar que a validação de conteúdo é um processo subjetivo, o

qual não elimina a necessidade de se aplicar o recurso empiricamente para verificar se ele cumpre o objetivo para o qual foi proposto (Alexandre & Coluci, 2011).

Na literatura da ABA, um dos primeiros estudos que relatou ter realizado um processo de validação do conteúdo do vídeo foi o de Lipschultz et al. (2015). O objetivo deste estudo foi verificar a eficácia da videomodelação com instrução oral para ensinar terapeutas a conduzirem três tipos de avaliação de preferência: com estímulo único, com pares de estímulos e com múltiplos estímulos. Foi confeccionado um vídeo que demonstrava as etapas necessárias para selecionar as avaliações de preferência a serem implementadas, identificar os itens a serem usados durante as avaliações, conduzir cada uma delas e pontuar e interpretar os resultados obtidos. Esse vídeo foi avaliado por três pessoas certificadas pela Junta de Certificação em Análise do Comportamento (BACB - do inglês *Behavior Analyst Certification Board*), as quais assistiram ao vídeo e responderam a um questionário para avaliar o seu conteúdo.

O estudo de Mota et al. (2021) descreve um processo de validação de vídeo mais sistematizado do que o descrito por Lipschultz et al. (2015). Mais especificamente, o objetivo do estudo foi produzir e validar um vídeo instrucional para ensinar a condução da avaliação de preferência com pares de estímulos. Inicialmente, foi realizada uma análise de tarefas, a partir da análise da literatura sobre o treinamento de profissionais de diferentes áreas e de pais e cuidadores de pessoas com TEA para a condução da avaliação de preferência com pares de estímulos. Essa análise de tarefas identificou 15 passos como sendo necessários para a condução deste tipo de avaliação. Em seguida, foi confeccionado um vídeo, o qual descrevia e exemplificava detalhadamente cada um dos 15 passos identificados como sendo necessários para a condução da avaliação de preferência com pares de estímulos. O vídeo foi submetido a um processo de validação por um conjunto de seis avaliadores, incluindo profissionais de diversas áreas, como Análise do Comportamento, Jornalismo, Ciência da Computação e Educação. O processo de validação seguiu as diretrizes propostas por Alexandre e Coluci (2011), de modo que os avaliadores assistiram ao vídeo e preencheram um formulário que incluía questões sobre a descrição e a exemplificação de cada passo, bem como questões abertas para que os observadores incluíssem comentários e observações. Os resultados da validação revelaram uma alta concordância entre os avaliadores, uma vez que eles relataram que o vídeo continha adequadamente todos os passos necessários para a condução da avaliação de preferência com pares de estímulos. No entanto, eles apresentaram sugestões para aprimorar a apresentação das informações no vídeo, sendo que este foi alterado de acordo com tais sugestões.

Verifica-se, portanto, que a validação dos vídeos utilizados em procedimentos de ensino, como a videomodelação, constitui-se uma prática inovadora e incipiente na literatura da ABA. Tal processo pode aumentar a confiabilidade no procedimento de ensino, uma vez que o conteúdo do recurso deve ter sido considerado adequado por especialistas sobre o tema abordado por ele (Simões et al., 2023). Dessa maneira, é possível inferir que a validação do conteúdo pode aumentar, também, a efetividade dos vídeos que têm como propósito ensinar a aplicação de métodos e

etapas de uma intervenção baseada na ABA especialmente para pessoas com TEA por meio da videomodelação.

A primeira etapa de uma intervenção baseada na ABA para pessoas com TEA consiste na avaliação do repertório da pessoa-alvo da intervenção. A principal função da avaliação é identificar as habilidades presentes e ausentes e possíveis comportamentos interferentes emitidos pela pessoa. Tais informações são essenciais para a posterior seleção dos objetivos dos programas que serão delineados para ensinar novos comportamentos ou para reduzir os comportamentos interferentes (Cooper et al., 2020; Ribeiro et al., 2024). Um instrumento bastante útil para identificar as habilidades presentes e ausentes no repertório de crianças é o Inventário Portage Operacionalizado (IPO; Williams & Aiello, 2001, 2018). O IPO avalia o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos de idade em cinco áreas: linguagem, cognição, socialização, autocuidados e desenvolvimento motor. Ele possui uma vantagem relevante que é poder ser aplicado por pais e por profissionais de qualquer área. Embora o IPO seja composto de um manual com instruções para a sua aplicação, não há dados sobre os efeitos da leitura do manual sobre a implementação do instrumento. Por outro lado, a combinação das instruções com o vídeo foi efetivo para ensinar a aplicação do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP; Barnes et al, 2014; Martone, 2017), um instrumento que verifica a presença de habilidades de linguagem em crianças pequenas.

Considerando a efetividade da videomodelação para ensinar métodos e etapas de uma intervenção baseada na ABA, especialmente para pessoas com TEA e a relevância de se validar o conteúdo dos vídeos utilizados em procedimentos de videomodelação, o objetivo do presente estudo foi produzir e validar um vídeo instrucional para ensinar a aplicação do IPO.

## **Método**

### **Aspectos Éticos**

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, seguindo as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sob o protocolo nº 125814/2024.

### **Análise de Tarefas**

Inicialmente, uma análise de tarefas foi realizada para identificar os passos necessários para a aplicação do IPO. A análise consistiu no estudo de uma apostila que detalhava todas as etapas e regras necessárias para a aplicação do IPO, a qual foi elaborada por uma especialista na área (Ribeiro, 2020). A análise de tarefas também incluiu um estudo detalhado do manual do IPO (Williams & Aiello, 2001, 2018) e de publicações em artigos da literatura da ABA sobre o ensino da aplicação de instrumentos de avaliação do comportamento que identificam as habilidades presentes e ausentes no repertório da pessoa avaliada (Barnes et al., 2014; Martone, 2017).

## **Produção do Vídeo**

Após a realização da análise de tarefas, um vídeo instrucional foi elaborado de modo a explicar os passos identificados como sendo necessários para a aplicação do IPO. A produção do vídeo foi conduzida em três fases distintas: pré-produção, gravação e edição.

Na fase de pré-produção, um roteiro foi desenvolvido para orientar a descrição e a exemplificação dos passos necessários para a aplicação do IPO. O roteiro consistiu em 52 cenas, nas quais estavam descritos detalhes como: descrição da cena, parte escrita, narração, imagem, personagem e detalhes técnicos (como fonte das letras, tamanho da fonte e música de fundo).

A fase de gravação do vídeo foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa, foram confeccionados 40 slides, no programa Power Point, os quais descreviam de forma escrita e narrada cada um dos passos identificados por meio da análise de tarefas. Esses slides compuseram a base visual do vídeo. Na segunda etapa, foi filmada a demonstração de como o IPO deve ser implementado. A pesquisadora simulou o papel da avaliadora e uma criança convidada simulou o papel da criança cujo repertório comportamental estava sendo avaliado. A parte de demonstração da aplicação do IPO foi iniciada com a pesquisadora e a criança brincando de bolha de sabão. Tal atividade foi exibida para ilustrar a necessidade de se iniciar a sessão de avaliação com uma atividade da preferência da criança avaliada, conforme recomendação do manual do IPO (Williams & Aiello, 2001, 2018).

Em seguida, foi demonstrada a avaliação dos dois primeiros itens da área de desenvolvimento motor (item 81 e item 82), faixa etária de 3 a 4 anos (Williams & Aiello, 2001, 2018). Essa faixa etária e esses itens foram escolhidos, pois, segundo as regras apresentadas no manual do IPO, a avaliação deve começar pela área de desenvolvimento motor e as áreas de socialização e de linguagem devem ser as últimas a serem avaliadas. Além disso, os dois primeiros itens dessa área e faixa etária possibilitavam a demonstração de outra regra do IPO, que se refere ao fato de que dicas e instruções só devem ser fornecidas quando a sua apresentação é explicitamente recomendada no manual do IPO. No caso dos itens 81 e 82, por exemplo, não é recomendado o fornecimento de instruções, portanto, para avaliar esses itens, não se deve fornecer instruções que especifiquem o comportamento a ser emitido pelas crianças. A descrição desses itens é exibida na Tabela 1, conforme apresentada por Williams e Aiello (2001, 2018).

**Tabela 1***Descrição dos Itens 81 e 82 da Área de Desenvolvimento Motor (3 a 4 anos) do IPO*

Área Desenvolvimento Motor	
Número do item	Descrição do item
81	Faz um quebra-cabeças de três peças (ou um tabuleiro de encaixe de figuras). Condição: se necessário, dar modelo. Material: quebra-cabeças de três peças de madeira ou papelão, cortadas de maneira uniforme, de forma que o conjunto de peças formem um todo de uma figura simples (exemplo: ilustração de um animal ou de uma casa etc.)
82	Corta algo em pedaços com tesoura. Condição: se necessário, colocar a tesoura de forma correta na mão da criança e segurar o papel. Resposta: recortar algo em pedaços, sem rasgá-lo ou amassá-lo. Material: algo = papel; tesoura = tesoura infantil.

Especificamente durante a demonstração do item 81, quatro tentativas foram conduzidas. Em cada uma das tentativas, inicialmente, a avaliadora colocava um quebra-cabeça sobre uma mesa e dizia “olha, um quebra-cabeça de arara!” ou “olha o quebra-cabeça!”, mas não fornecia instruções específicas para que a criança montasse o quebra-cabeça. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, de acordo com as orientações do IPO, não se deve fornecer instruções que especifiquem o comportamento a ser emitido pela criança quando estas não são mencionadas na descrição do item. Durante a primeira, a terceira e a quarta tentativas, a criança montou o quebra-cabeça corretamente. Na segunda tentativa, ela pegou uma peça e ficou balançando-a. Então, a avaliadora aguardou 30 segundos pela emissão da resposta de montar o quebra-cabeça pela criança, conforme recomendação do manual. Como a criança não montou o quebra-cabeça em 30 segundos após a apresentação do brinquedo, ele foi removido e a tentativa seguinte foi apresentada. Como a criança respondeu corretamente em três dentre as quatro tentativas, considerou-se que o comportamento estava presente no repertório da criança. Isso porque, de acordo com o manual do IPO, registra-se que a criança emite

corretamente um determinado comportamento quando ela responde corretamente em três de quatro tentativas.

Durante a demonstração do item 82, duas tentativas foram conduzidas. Em cada uma das tentativas, inicialmente, a pesquisadora colocava uma folha de papel e uma tesoura sobre uma mesa e dizia “olha, papel e tesoura” ou “olha o que eu tenho para você”, mas não fornecia instruções específicas para que a criança cortasse o papel, conforme recomendado pelo manual do IPO. Durante a primeira tentativa, após a apresentação dos materiais, a criança segurou a tesoura pela ponta de forma perigosa e, por essa razão, a avaliadora a ajudou, posicionando a tesoura da forma correta em sua mão. Tal fornecimento de ajuda está previsto na descrição do item apresentada no manual, a qual afirma que, se necessário, a avaliadora deve colocar a tesoura de forma correta na mão da criança e segurar o papel. Mesmo com ajuda, a criança não conseguiu cortar o papel com a tesoura e uma resposta incorreta foi registrada. Na segunda tentativa, após a apresentação dos materiais, a criança colocou a tesoura na mesa e amassou o papel. Portanto, a resposta também foi registrada como incorreta. Como a criança respondeu incorretamente nas duas primeiras tentativas, a avaliação deste item foi encerrada. Isso porque, de acordo com o manual do IPO, registra-se que a criança não emite um determinado comportamento quando ela responde incorretamente em duas de, no máximo, quatro tentativas.

Na demonstração de cada um dos itens, após a resposta da criança, a pesquisadora escreveu na folha de registro “V” para as respostas corretas e “X” para as respostas incorretas. Após a demonstração dos itens 81 e 82, o vídeo exibiu a pesquisadora e a criança brincando com blocos. Tal atividade foi exibida para ilustrar a necessidade de se finalizar a sessão de avaliação com uma atividade da preferência da criança avaliada, conforme recomendação do manual do IPO.

### **Validação do Conteúdo**

O vídeo foi submetido a um processo de validação de seu conteúdo. Tal processo seguiu o procedimento sugerido por Alexandre e Coluci (2011). Os autores descrevem a validação de conteúdo como um processo composto de duas partes distintas, sendo que a primeira envolve o desenvolvimento do recurso e a segunda envolve a avaliação deste por especialistas e leigos.

O vídeo foi avaliado por seis avaliadores, sendo que quatro deles foram considerados especialistas na aplicação do IPO (A1, A2, A3 e A4), uma vez que possuíam experiência com o instrumento, e dois deles foram considerados leigos (A5 e A6) por não possuírem experiência na aplicação do IPO (ver Tabela 2). O único critério adotado para a inclusão dos avaliadores foi a experiência em relação ao IPO, a qual foi autorrelatada pelos próprios avaliadores quando estes foram convidados a participar do estudo, não sendo exigida comprovação formal.

Inicialmente, a pesquisadora entrou em contato com os avaliadores por e-mail. Neste primeiro contato, foi explicado o objetivo do estudo e o motivo pelo qual cada convidado(a), seja especialista ou leigo, havia sido escolhido para participar do processo de validação do conteúdo do vídeo instrucional.

**Tabela 2**  
*Caracterização dos Avaliadores*

Avaliador	Gênero	Formação	Área de atuação	Tempo de experiência profissional	Experiência com o IPO
A1	Feminino	Psicóloga/ pedagoga/ ABA	Docente	14 anos	Sim
A2	Feminino	Psicóloga/ pedagoga/ ABA	Psicóloga	10 anos	Sim
A3	Masculino	Pedagogo/ ABA	Atendimento clínico	1 ano	Sim
A4	Feminino	Psicóloga/ ABA	Docente e psicóloga	20 anos	Sim
A5	Feminino	Psicóloga/ pedagoga/ ABA	Análise do Comportamento aplicada ao TEA	4 anos	Não
A6	Feminino	Superior incompleto em Tecnologia da Informação	Desenvolvedora web	2 anos	Não

Todos os convidados aceitaram o convite. Após o aceite, foi enviado outro e-mail, contendo o link de acesso ao vídeo e um arquivo com instruções sobre como avaliar o seu conteúdo. Nesse arquivo, havia uma tabela com os passos necessários para a aplicação do IPO, sendo que os avaliadores deveriam indicar se cada um dos passos estava descrito e exemplificado no vídeo. Em caso afirmativo, deveriam assinalar “Sim” na coluna correspondente àquele passo. Caso o passo não estivesse presente no vídeo, deveriam assinalar “Não”. Um espaço para escrever sugestões ou comentários foi inserido no arquivo, além de perguntas sobre a formação do(a) avaliador(a). Foi estipulado um prazo de 30 dias para a entrega da avaliação.

## Resultados

A seguir, os resultados do estudo são apresentados, conforme as etapas descritas na seção Método. Portanto, inicialmente, são descritos os passos identificados por meio da análise de tarefas e, em seguida, são apresentados os resultados relativos à produção e à validação do vídeo, respectivamente.

### Análise de Tarefas

A análise de tarefas resultou na identificação de 19 passos necessários para a aplicação do IPO, os quais foram divididos em dois grupos: (1) comportamentos

de preparação da avaliação (cinco passos) e (2) comportamentos de condução da avaliação (14 passos). Esse agrupamento seguiu a classificação proposta por Barnes et al. (2014) e por Martone (2017). Os 19 passos são apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3**

*Comportamentos Necessários para a Implementação do IPO*

Etapa da aplicação	Passos
Comportamentos de preparação da avaliação	<p>1 – Selecionar, por meio do preenchimento de um protocolo de preparação da avaliação, por qual faixa etária começar a avaliação. Começar a avaliação pela faixa etária anterior a que a criança se encontra.</p> <p>2 – Indicar, por meio do preenchimento de um protocolo de preparação da avaliação, a ordem em que as áreas serão avaliadas. O manual recomenda que se deve iniciar por desenvolvimento motor, analisando socialização e linguagem por último. Caso a avaliação seja realizada em um bebê com idade entre 0 e 4 meses, avaliar apenas a área de estimulação infantil.</p> <p>3 – Fazer uma lista de todos os materiais necessários para avaliar a primeira área (desenvolvimento motor) da faixa etária na qual a avaliação será iniciada.</p> <p>4 – Separar todos os materiais e objetos necessários para a avaliação.</p> <p>5 – Separar as folhas de registro, lápis e cronômetro.</p>
Comportamentos de condução da avaliação	<p>1 – Iniciar a sessão de avaliação com uma atividade agradável para a criança (jogos ou brincadeiras).</p> <p>2 – Começar avaliando o primeiro item da área de desenvolvimento motor e da faixa etária selecionada no Passo 1 da preparação da avaliação.</p> <p>3 – Conduzir a primeira tentativa de acordo com as condições descritas no IPO. Dicas e instruções devem ser fornecidas apenas quando especificado no manual. No caso das instruções, estas devem ser fornecidas de maneira objetiva e pausada e especificar exatamente o comportamento que se espera da criança. No caso de itens avaliados por meio de entrevista com o mediador, elaborar questões que descrevam com precisão o comportamento que está sendo avaliado.</p> <p>4 – Após a apresentação dos materiais e/ou instrução, aguardar 20 segundos (itens da área de Linguagem) ou 30 segundos (itens das demais áreas) pela resposta da criança.</p> <p>5 – Registrar a resposta da criança na folha de registro logo após a sua emissão. Usar V para respostas corretas, X para respostas incorretas e 0 para tentativas anuladas.</p> <p>6 – Conduzir o número de tentativas descrito no manual. Caso essa informação não seja apresentada, conduzir no máximo quatro tentativas, atentando para os seguintes critérios gerais: o item será considerado correto se a criança acertar três de quatro tentativas e será incorreto se ela errar duas ou mais de quatro tentativas.</p> <p>7 – Repetir os passos 3 a 6 para os demais itens da faixa etária e da área avaliadas.</p> <p>8 – Retroceder a faixa etária caso a criança responda incorretamente nos cinco primeiros itens da faixa etária que está sendo avaliada.</p> <p>9 – Avançar para a faixa etária seguinte, caso a criança tenha qualquer desempenho diferente do indicado no Passo 8.</p> <p>10 – Encerrar a avaliação na área de desenvolvimento motor, caso a criança responda incorretamente em 15 itens consecutivos.</p> <p>11 – Avaliar as cinco áreas.</p> <p>12 – Realizar sessão de avaliação em até 30 minutos.</p> <p>13 – Terminar a sessão com uma atividade agradável à criança (jogos ou brincadeiras).</p> <p>14 – Calcular a porcentagem de acertos na área de desenvolvimento motor e em cada faixa etária em que a criança foi avaliada. Para isso, deve-se dividir o número de itens respondidos corretamente pelo número total de itens avaliados nessa mesma faixa etária e área e multiplicar o resultado por 100.</p>

Todos os 19 passos da análise de tarefas foram extraídos do manual do IPO e de uma apostila produzida por uma especialista da área. No entanto, os Passos 1, 2, 3, 4 e 5 referentes aos comportamentos de preparação da avaliação e o Passo 8 de condução da avaliação sofreram algumas adaptações.

Os Passos 1 e 2 referem-se a regras de aplicação do IPO. Mais especificamente, o Passo 1 refere-se à seleção da faixa etária pela qual a avaliação deve ser iniciada e o Passo 2 refere-se ao ordenamento das áreas a ser seguido durante a avaliação. Tais passos foram adaptados pela análise de tarefas de modo a conter um protocolo de preparação da avaliação, no qual ambas as informações devem ser registradas. Isso porque o registro dessas informações em um protocolo pode auxiliar o(a) avaliador(a) a implementar a avaliação exatamente da forma como ela foi planejada. Ainda na tentativa de auxiliar no planejamento da implementação do IPO, o Passo 3 foi incluído (fazer uma lista de todos os materiais necessários para avaliar a primeira área, desenvolvimento motor, da faixa etária na qual a avaliação será iniciada). O passo menciona a área de Desenvolvimento Motor porque, de acordo com as normas do IPO, a avaliação deve começar por esta área, sendo que as áreas de Socialização e Linguagem devem ser as últimas a serem avaliadas. Embora o manual do IPO recomende a utilização de um método de contagem de tempo menos artificial que o cronômetro, o Passo 5 (separar folhas de registro, lápis e cronômetro) incluiu um cronômetro. Isso porque métodos alternativos, como contagem mental, não são observáveis, o que dificultaria a verificação da execução do passo em uma posterior utilização do vídeo para ensinar a aplicação do IPO.

Já o Passo 8 recomenda que se deve retroceder quando a criança responder incorretamente nos cinco primeiros itens de uma faixa etária. O manual do IPO recomenda que se deve retroceder para a faixa etária anterior em caso de “desempenho insuficiente”, no entanto, não define “desempenho insuficiente”. Por essa razão, buscou-se, na literatura, estudos que descreveram a aplicação do IPO a fim de identificar o que foi considerado “desempenho insuficiente” em tais estudos. Um dos estudos encontrados foi o de Murta et al. (2011), que aplicaram o IPO em 48 crianças de uma creche e retrocederam para a faixa etária anterior quando as crianças responderam incorretamente nos cinco primeiros itens de uma determinada faixa etária. Portanto, com base no estudo de Murta et al. (2011), adotou-se este critério no presente estudo.

## **Produção do Vídeo**

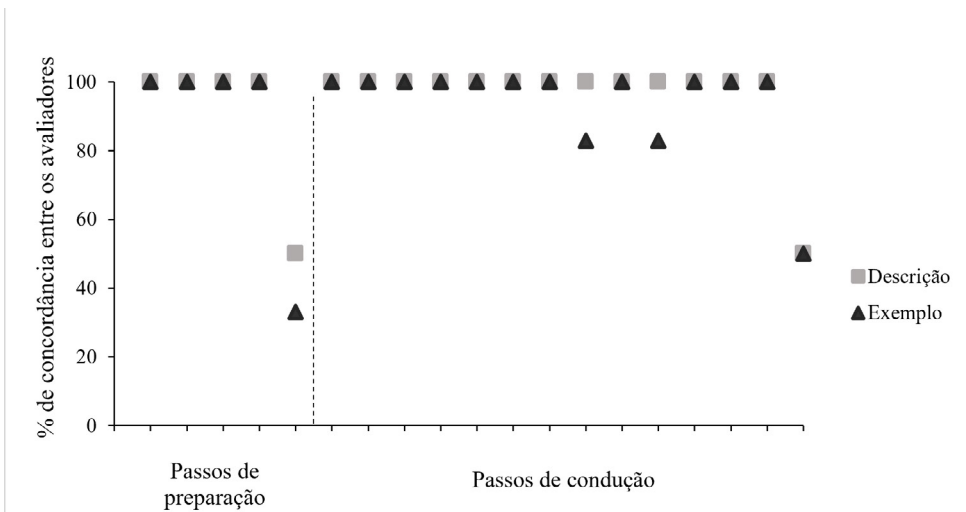
O vídeo ficou com duração total de 17 minutos e 39 segundos, sendo 13 minutos e 29 segundos da descrição dos 19 passos, identificados por meio da análise de tarefas, e 4 minutos e 10 segundos de exibição de um exemplo em que o IPO foi aplicado com uma criança. A duração de cada cena variou de acordo com a quantidade de informações que cada uma continha, mas, em média, cada cena teve duração de 23 segundos.

## Validação do Conteúdo

A Figura 1 mostra a porcentagem de concordância entre os avaliadores em relação à presença de cada passo necessário para a correta aplicação do IPO tanto na parte da descrição quanto na parte de exemplificação dos passos.

**Figura 1**

*Porcentagem de Concordância entre os Avaliadores*



A porcentagem total de concordância entre os avaliadores foi de 82,05%. Todos os avaliadores concordaram que 15 dos 19 passos estavam descritos e exemplificados no vídeo. Em relação ao Passo 5 (separar as folhas de registro, lápis e cronômetro), 50% dos avaliadores concordaram que ele estava descrito verbalmente no vídeo e 33% dos avaliadores concordaram que ele estava exemplificado no vídeo. Em relação ao Passo 8 (retroceder a faixa etária quando a criança responder incorretamente em cinco itens consecutivos na área de desenvolvimento motor), 100% dos avaliadores concordaram que ele estava descrito no vídeo e 83% dos avaliadores concordaram que ele estava exemplificado no vídeo. Em relação ao Passo 10 (encerrar a avaliação na área de desenvolvimento motor, caso a criança responda incorretamente em 15 itens consecutivos), 100% dos avaliadores concordaram que ele estava descrito no vídeo e 83% dos avaliadores concordaram que ele estava exemplificado no vídeo. Em relação ao Passo 14 (calcular a porcentagem de acertos na área de desenvolvimento motor e em cada faixa etária em que a criança foi avaliada), 50% dos avaliadores concordaram que ele estava descrito no vídeo e 50% dos avaliadores concordaram que ele estava exemplificado no vídeo.

Os avaliadores, também, apresentaram sugestões e fizeram comentários em relação ao vídeo. Por exemplo, a avaliadora A1 fez uma observação sobre o uso

da palavra “tentativa”. Segundo ela, “quem não é da área acaba tendo bastante dificuldade em compreender o que é uma tentativa”. A1 também sugeriu que destacasse a palavra “Tentativa 1” da parte de demonstração que se encontra no canto do vídeo sem destaque. Além disso, A1 pontuou que “caso tenha algum participante surdo, poderia no futuro propor uma janela em libras” no vídeo.

A2 afirmou que a música ao fundo associada a instrução auditiva exige a discriminação do estímulo, fazendo com que, em alguns momentos, ela atente para a música e não para a instrução.

A3 afirmou que sentiu falta de uma descrição maior acerca dos seguintes passos: Passo 7 (repetir os passos 3 a 6 para os demais itens da faixa etária e da área avaliadas), Passo 8 (retroceder a faixa etária caso a criança responda incorretamente nos cinco primeiros itens da faixa etária que está sendo avaliada), Passo 9 (avançar para a faixa etária seguinte, caso a criança tenha qualquer desempenho diferente do indicado no Passo 8) e Passo 11 (avaliar as cinco áreas) tanto na descrição, quanto na demonstração e solicitou uma descrição melhor desses passos.

A4 afirmou que “na primeira tela, a apresentação oral do IPO está clara, mas o texto que aparece na tela não favorece a leitura e a compreensão” por ser muito longo. A4 sugeriu que “as cinco áreas do conhecimento poderiam estar em tópicos”, usando letras maiores e coloridas nas informações que são importantes. Além disso, A4 apresentou as seguintes sugestões: (1) que fosse utilizado “algum recurso em que palavras-chave fossem apresentadas conforme a fala do narrador vai ocorrendo”; (2) que fosse exibida uma foto da segunda edição ou de ambas as edições do IPO, em vez da foto da capa da primeira edição; (3) que “em vez de todo o texto ser apresentado com o recurso de digitação, as informações principais poderiam aparecer em destaque”; (4) “que uma análise de cada tela seja feita no vídeo todo, para que informações principais daquela tela sejam elencadas e destacadas de alguma forma”; (5) que algum recurso para indicar no texto o que está sendo lido pelo narrador fosse inserido e (6) aumentar o tempo de tela das imagens que aparecem quando se fala sobre o comportamento de iniciar e terminar a sessão com uma atividade agradável à criança. Em relação à parte de exemplificação da aplicação do IPO, A4 apresentou duas sugestões: (1) destacar, na fala da narradora, que o vídeo vai começar com a demonstração de uma brincadeira agradável à criança e (2) que quantidade de respostas corretas e incorretas seja revisada na demonstração do item 82, uma vez que foram exibidas quatro tentativas e a criança respondeu incorretamente nas duas primeiras tentativas. Portanto, não havia a necessidade de se exibir a terceira e a quarta tentativas, uma vez que não seria possível a criança alcançar o critério para que o comportamento fosse considerado presente em seu repertório que é responder corretamente em três dentre quatro tentativas.

A avaliadora A5 afirmou que: “O vídeo ficou fantástico, a voz infantil o tornou tão interessante que, embora tenha mais de 17 minutos, consegui prender minha atenção do início ao fim”. Afirmou, ainda, que a organização das informações, sequência e enredo facilitam o ensino para pessoas que desconhecem o IPO e sugeriu possíveis melhorias como: diminuição da música de fundo, para não se tornar um distrator, maior qualidade nas imagens gravadas com a criança e menção das cinco

áreas do IPO em formato de fluxograma para ficar mais fácil o entendimento de pessoas que não conhecem o instrumento.

A6 não apresentou sugestões.

Após a análise dessas sugestões, o vídeo foi modificado de modo a acatar quase todas elas, exceto as sugestões para acrescentar janela de libras e apresentar as cinco áreas do IPO em formato de fluxograma. As cinco áreas foram apresentadas em tópicos, conforme sugestão de A4.

A versão do vídeo modificado a partir das sugestões dos avaliadores ficou com duração de 20 minutos e 15 segundos. Ela está disponível no link: <https://youtu.be/V27gHDkA8wY>

### Discussão

O presente estudo teve como objetivo produzir e validar um vídeo instrucional para ensinar a aplicação do IPO. Este estudo seguiu um processo de produção e de validação de vídeos a serem utilizados em procedimentos de videomodelação, semelhante ao utilizado por Mota et al. (2021) e Souza et al. (2024).

A porcentagem total de concordância entre os avaliadores em relação à presença dos passos necessários para a implementação do IPO foi de 82,05%. Na literatura sobre validação de conteúdo de vídeos educacionais, recomenda-se que a proporção de concordância entre os especialistas seja de, no mínimo, 75% para se definir consenso (p. ex., Diamond et al., 2014). Mesmo com a porcentagem de concordância acima de 75%, o vídeo foi revisado de modo a contemplar as sugestões dos avaliadores. Isso porque se considerou que todas as sugestões foram pertinentes e aprimorariam a qualidade do vídeo.

O processo de produção e validação de vídeos utilizado no presente estudo apresenta duas contribuições importantes. Uma dessas contribuições refere-se ao fato de que a validação do conteúdo do vídeo consiste em um cuidado metodológico ao submeter o vídeo a um processo de validação antes de sua exibição aos participantes. Tal cuidado representa um avanço em relação aos estudos que têm utilizado a videomodelação para ensinar a aplicação de métodos e etapas de uma intervenção baseada na ABA especialmente para pessoas com TEA por meio da videomodelação (p. ex., Barboza et al., 2015; Deliperi et al., 2015; Lerman et al., 2016; Silva et al., 2019). Outro cuidado refere-se ao desenvolvimento de um recurso educacional para ensinar a aplicação de um instrumento voltado para a identificação de habilidades presentes e ausentes no repertório de crianças, o IPO.

No entanto, algumas limitações do estudo devem ser ressaltadas. Uma delas refere-se à falta de diversificação na formação dos avaliadores do vídeo, uma vez que cinco dos seis avaliadores tinham formação em Pedagogia e/ou Psicologia, com experiência em ABA, enquanto apenas um possuía formação incompleta em tecnologia da informação e não possuía experiência em ABA. Estudos futuros poderiam envolver uma quantidade mais ampla e diversificada de avaliadores para proporcionar uma validação mais abrangente e representativa do conteúdo do vídeo. Além disso, embora o vídeo tenha sido submetido ao processo de validação, isso por si só não é suficiente para avaliar sua eficácia. A medida mais fidedigna

da efetividade do vídeo só poderá ser determinada quando ele for empregado para ensinar pais, cuidadores e profissionais de diversas áreas a aplicarem o IPO.

Estudos futuros poderiam utilizar o vídeo para ensinar a aplicação do IPO, sendo que essa utilização pode ser feita por meio de videomodelação ou por meio do *Behavioral Skills Training* (BST). O BST é frequentemente composto de quatro componentes distintos: instrução, modelação ou videomodelação, prática e feedback (Sarokoff & Sturmey, 2004). Portanto, seria importante que o vídeo fosse utilizado sozinho ou em conjunto com outras estratégias educacionais, conforme utilizado no contexto do BST.

### Referências

- Alexandre, N. M. C. & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, *16*(7), 3061-3068. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
- Almulhim, S. (2023). *Training parents via telehealth to teach manding to children with ASD to replace problem behavior*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação USF Tampa. University of South Florida. <https://digitalcommons.usf.edu/etd/9843/>
- Bagaiolo, L. F., Mari, J. J., Bordini, D., Ribeiro, T. C., Martone, M. C. C., Caetano, S. C., Caetano, S. C., Brunoni, D., Brentani, H., & Paula, C. S. (2017). Procedures and compliance of a video modeling applied behavior analysis intervention for Brazilian parents of children with autism spectrum disorders. *Autism*, *21*(5), 603-610. <https://doi.org/10.1177/1362361316677718>
- Barboza, A. A., Silva, Á. J. M., Barros, R. S., & Higbee, T. S. (2015). Efeitos de videomodelação instrucional sobre o desempenho de cuidadores na aplicação de programas de ensino a crianças diagnosticadas com autismo. *Acta Comportamentalia*, *23*(4), 405-421. <https://doi.org/10.32870/ac.v23i4.53794>
- Barboza, A. A., Costa, L. C. B. & Barros, R. da S. (2019). Instructional videomodeling to teach mothers of children with autism to implement discrete trials: A systematic replication. *Trends in Psychology*, *27*(3), 795-804. <https://doi.org/10.9788/TP2019.3-14>
- Barnes, C. S., Mellor, J. R., & Rehfeldt, R. A. (2014). Implementing the Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP): Teaching assessment techniques. *The Analysis of Verbal Behavior*, *30*, 36-47. <https://doi.org/10.1007/s40616-013-0004-5>
- Bellini, S., & Akullian, J. (2007). A meta-analysis of video modeling and video self-modeling interventions for children and adolescents with autism spectrum disorders. *Exceptional Children*, *73*(3), 264-287. <https://doi.org/10.1177/001440290707300301>
- Boateng, G. O., Neilands, T. B., Frongillo, E. A., Melgar-Quiñonez, H. R., & Young, S. L. (2018). Best practices for developing and validating scales for health, social, and behavioral research: A primer. *Frontiers in Public Health*, *6*, 149. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2018.00149>
- Bordini, D., Paula, C. S., Cunha, G. R., Caetano, S. C., Bagaiolo, L. F., Ribeiro, T. C., Martone, M. C. C., Portolese, J., Moya, A. C., Brunoni, D., Bosa, C.,

- Brentani, H., Cogo-Moreira, H., & Mari, J. J. (2021). A randomised clinical pilot trial to test the effectiveness of parent training with video modelling to improve functioning and symptoms in children with autism spectrum disorders and intellectual disability. *Journal of Intellectual Disability Research, 64*(8), 629–643. <https://doi.org/10.1111/jir.12759>
- Bross, L. A., Travers, J. C., Huffman, J. M., Davis, J. L., & Mason, R. A. (2021). A meta-analysis of video modeling interventions to enhance job skills of autistic adolescents and adults. *Autism in Adulthood, 3*(4), 356-369. <https://doi.org/10.1089/aut.2020.0038>
- Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2020). *Applied Behavior Analysis*. Pearson.
- Deliperi, P., Vladescu, J. C., Reeve, K. F., Reeve, S. A., & DeBar, R. M. (2015). Training staff to implement a paired-stimulus preference assessment using video modeling with voiceover instruction. *Behavioral Interventions, 30*(4), 314-332. <https://doi.org/10.1002/bin.1421>
- Diamond, I. R., Grant, R. C., Feldman, B. M., Pencharz, P. B., Ling, S. C., Moore, A. M., & Wales, P. W. (2014). Defining consensus: A systematic review recommends methodologic criteria for reporting of Delphi studies. *Journal of Clinical Epidemiology, 67*(4), 401-409. [10.1016/j.jclinepi.2013.12.002](https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2013.12.002)
- Duarte, F. H. D. S., Araújo, N. M. D., Silva, S. D. O., Leal, N. T. B., Costa, T. M. D. S., Alencar, I. G. M. D., Dantas, R. A. N., & Dantas, D. V. (2024). Content validation of an audiovisual resource for people living with HIV. *Acta Paulista de Enfermagem, 37*, eAPE01361. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2024AO0013611>
- Filho, A. M. C., Warren, E. M. C., Medeiros, I. C. F., de Melo, E. P. R., Wyszomirska, R. D. A. F., & dos Santos, A. A. (2020). Creation and validation of an educational video about the importance of the preanesthetic consultation. *Creative Education, 11*(5), 834-844. <https://doi.org/10.4236/ce.2020.115060>
- Lerman, D. C., Valentino, A. L., & LeBlanc, L. A. (2016). Discrete trial training. In R. Lang, T. Hancock, & N. Singh (Eds.), *Early intervention for young children with autism spectrum disorder* (pp. 47-83). [https://doi.org/10.1007/978-3-319-30925-5\\_3](https://doi.org/10.1007/978-3-319-30925-5_3)
- Lipschultz, J. L., Vladescu, J. C., Reeve, K. F., Reeve, S. A., & Dipsey, C. R. (2015). Using video modeling with voiceover instruction to train staff to conduct stimulus preference assessments. *Journal of Developmental and Physical Disabilities, 27*, 505-532. <https://doi.org/10.1007/s10882-015-9434-4>
- Martone, M. C. C. (2017). *Tradução e adaptação do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP) para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais*. Tese. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9315>
- Mota, F. S., & Ribeiro, D. M. (em preparação). Avaliação de um vídeo para ensinar professores a identificarem as preferências de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.
- Mota, F. S., Ribeiro, D. M., & Marques, L. B. (2021). Produção e validação de um vídeo para ensinar a condução de avaliação de preferência. *Acta Comportamental, 29*(3), 25-45. <https://doi.org/10.32870/ac.v29i3.80291>

- Murta, A. M. G., Lessa, A. C., Santos, A. S., Murta, N. M. G., & Cambraia, R. P. (2011). Cognição, motricidade, autocuidados, linguagem e socialização no desenvolvimento de crianças em creche. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 21(2), 220-229. <https://doi.org/10.7322/jhgd.20010>
- Perez, J. P., Fonseca, M. E. G., de Oliveira, T. C., & Lima, M. P. (2022). Efeitos da videomodelação para o ensino de habilidades de brincadeira para crianças com autismo: Uma revisão sistemática. *Espectro: Revista Brasileira de Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo*, 1(1), 16-33. <https://doi.org/10.14244/espectro.v1i1.2>
- Ribeiro, D. M. (2020). *A aplicação do Inventário Portage Operacionalizado* [Material didático não publicado].
- Ribeiro, D. M., Sella, A. C., & de Souza, A. A. (2024). Avaliação do comportamento. In A. C. Sella & D. M. Ribeiro (Orgs.), *Análise do comportamento aplicada ao Transtorno do Espectro Autista* (2nd ed., pp. 185-298). Appris.
- Rubio, D. M., Berg-Weger, M., Tebb, S. S., Lee, E. S., & Rauch, S. (2003). Objectifying content validity: Conducting a content validity study in social work research. *Social Work Research*, 27(2), 94-104. <https://doi.org/10.1093/swr/27.2.94>
- Sarokoff, R. A., & Sturmey, P. (2004). The effects of behavioral skills training on staff implementation of discrete-trial teaching. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 37(4), 535-538. <https://doi.org/10.1901/jaba.2004.37-535>
- Silva, A. J. M. E., Barboza, A. A., Miguel, C. F., & Barros, R. D. S. (2019). Evaluating the efficacy of a parent-implemented autism intervention program in northern Brazil. *Trends in Psychology*, 27(2), 523-532. <https://doi.org/10.9788/TP2019.2-16>
- Simões, N. C. S., Tavares, L. O. M., Silva, C. M. B. D., Rodrigues, S. B., Oliveira, S. H., Guimarães, E. A. A., & Oliveira, V. C. (2023). Construction and validity of an educational video to prevent immunization errors. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 76(4), e20230010. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0010>
- Souza, T. O. P., Ribeiro, D. M., & Marques, L. B. (2024). Construção e validação de um vídeo sobre a implementação do ensino por tentativas discretas sem uso de dicas e correção. In N. L. F. Fumes, D. S. Calheiros, B. C. M. do Carmo, S. D. G. Santos & A. B. Dounis (Orgs.), *Escolarização do público-alvo da Educação Especial: Formação de recursos humanos, serviços e tecnologias educacionais* (pp. 207-225). Pedro & João.
- Souza, A. C. C. D., Moreira, T. M. M., & Borges, J. W. P. (2020). Desenvolvimento de instrumento para validar aparência de tecnologia educacional em saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73, e20190559. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0559>
- Spiegel, H. J., Kisamore, A. N., Vladescu, J. C., & Karsten, A. M. (2016). The effects of video modeling with voiceover instruction and on-screen text on parent implementation of guided compliance. *Child & Family Behavior Therapy*, 38(4), 299-317. <https://doi.org/10.1080/07317107.2016.1238690>
- Steinbrenner, J. R., Hume, K., Odom, S. L., Morin, K. L., Nowell, S. W., Tomaszewski, B., Szendrey, S., McIntyre, N. S., Yücesoy-Özkan, S., &

- Savage, M. N. (2020). *Evidence-based practices for children, youth, and young adults with autism*. The University of North Carolina, Frank Porter Graham Child Development Institute, National Clearinghouse on Autism Evidence and Practice Review Team. <https://eric.ed.gov/?id=ED609029>
- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2001). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Memnon.
- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2018). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Juruá.

(Received: July 4, 2025; Accepted: November 18, 2025)